

## **INFÂNCIAS, TRABALHO E ESCOLA**

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ivone Garcia Barbosa (UFG)**

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Laura Souza Fonseca (UFRGS)**

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Soraya Conde (UFSC)**

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Telma Aparecida Teles Martins Silveira (IFG)**

Coordenadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Laura Souza Fonseca

Debatedor: Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas (UNICAMP)

Painel composto por quatro pesquisadoras de três estados: Goiás, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Referenciadas no materialismo histórico dialético como método de leitura/intervenção na realidade que investigam a relação infância-trabalho-escola, tendo como elemento fundante a compreensão da dupla face do trabalho – na ontologia e na história – que, no modo capitalista de produção, está alicerçado na alienação e na exploração. Consideramos indispensável a interface com o trabalho quando pesquisamos sobre a educação e a infância, particularmente na escola pública de periferia urbana e rural. A situação atual do país potencializa a necessidade de refletirmos sobre a interface do trabalho com a educação, na medida em que os indicadores dão conta de 13,4 milhões de desempregados, 35 milhões que vivem de bicos, 5,2 milhões que estão sem trabalho há mais de 1 ano, e 4,8 milhões que desistiram de procurar emprego. Nossa afirmação tem por base o entendimento de que a conjuntura socioeconômica das famílias se constitui em uma das determinações para investigarmos a exploração do trabalho infantil e as trajetórias infantojuvenis, incluindo a relação com a escola. O painel expressa o percurso de cada uma de nossas investigações e reflexões: (1) BARBOSA e SILVEIRA observam as diferentes dimensões e os múltiplos condicionantes da vida das crianças de baixa renda, moradoras do campo e da cidade, submetidas, de algum modo, à lógica do trabalho e da produção do capital, para analisar os indicadores sociais sobre a infância brasileira e goiana que se educam no contexto do trabalho e da educação; (2) CONDE visa compreender a correlação entre trabalho, educação e cultura na constituição das crianças trabalhadoras do campo e da cidade de Santa Catarina. Parte da constatação de que, se por um lado, o trabalho aparece como fator que mais atrapalha os estudos e a possibilidade de desenvolvimento humano pleno, por outro, ele é entendido como prática cultural educativa e preventiva para as novas gerações; e (3) FONSECA utiliza atas e relatórios de reuniões das microrredes de proteção para explicitar conteúdos relacionados ao trabalho infantojuvenil e à escola descrevendo aspectos da concretude das vidas relatadas por trabalhadoras da assistência social, educação e saúde que operam as políticas sociais na microrregião 5 do Conselho Tutelar em Porto Alegre.

Palavras-chave: crianças e adolescentes; princípio educativo e exploração; escolarização.

# INFÂNCIA, EDUCAÇÃO E TRABALHO: CONTRADIÇÕES NO MODO CAPITALISTA DE VIVER

Ivone Garcia Barbosa  
Universidade Federal de Goiás (UFG)  
Telma Aparecida Teles Martins Silveira  
Instituto Federal de Goiás (IFG)

**Resumo:** O presente texto analisa a relação entre infância, educação e trabalho, tendo como referência o método materialista histórico dialético a fim de compreender as diferentes dimensões e os múltiplos condicionantes da vida das crianças de baixa renda, moradoras do campo e da cidade, que se submetem, de algum modo, à lógica do trabalho e da produção do capital. Analisamos os indicadores sociais que retratam a infância brasileira e goiana que se educam no contexto do trabalho e da educação e para tanto, consideramos que a infância, o trabalho e a educação são construções sociais, históricas, situadas em um dado contexto e trazem em si as lutas de classe.

**Palavras-chave:** infância; educação; trabalho

**Introdução** (justificativa, problema de pesquisa e objetivos)

O título desse trabalho sugere aquilo que nos parece óbvio, mas que muitos ainda se negam a perceber: não se pode compreender o período específico chamado infância sem que desvelemos os seus nexos com as práticas sociais, envolvendo a educação e o trabalho. E de que modo podemos reconstituir historicamente tal vinculação, traduzindo em palavras o que a criança pobre expressa vigorosamente nas marcas que a compõe nas vivências infantis às avessas do que abstratamente a visão burguesa apregoa nos projetos para a chamada “primeira infância”? Lembrando, outrossim, que este é um termo cunhado nos documentos do Banco Mundial, dos Organismos Internacionais e de Fundações privadas brasileiras que exploram o “mercado educacional”.

Os pressupostos teóricos de Karl Marx e Friedrich Engels (s.d.), especialmente a categoria trabalho, nos ajuda começar, provisoriamente, a responder essa questão complexa e ainda em aberta para diferentes pesquisadores da infância e do modo de ser criança. Muitos trabalhos acadêmico-científicos teimam em manter-se na superfície da realidade e de seus processos, apostando na infância como um fenômeno natural e temporal. Daí porque se torna evidente que a análise sobre as experiências infantis podem apenas circundar sistemicamente nas relações da criança com seu meio mais próximo. Com adultos subtraídos de suas próprias vidas, sem rostos cansados ou premidos por condições sociais e culturais que lhes caracterizam enquanto sujeitos culturais, de classe, de gênero, de relações étnico-raciais, de um tempo histórico determinado, de um corpo físico e simbólico, de um universo de objetos humanizados, entre outros tantos determinantes.

Nesse sentido, não só a infância aparece reificada, mas também a representação do adulto e dos seus “pares” mais experientes. Quem são esses sujeitos que participam, portanto do ato educativo e que lugar ocupam na sociedade e em seus meios e grupos? Fugindo da representação da criança que vive a “vida bela” – como em um filme hollywoodiano –, optamos em tratar da criança que experimenta desde a tenra idade as relações com o trabalho, que nele se educa e se liberta quando consegue, quando lhe “permitem” as condições concretas de vida a que todo ser humano teria direito. Será isso utopia? Que lugar tem essa criança na família trabalhadora, na sociedade e na escola de tradição capitalista?

Com essas questões no horizonte investigativo, o presente texto apresenta reflexões sobre as relações contraditórias entre infância, trabalho e educação tendo como referência o

método materialista histórico dialético (MARX, 1983; BARBOSA, 2006), cuja premissa evoca compreender a realidade enquanto totalidade, em sua concretude econômica, sociocultural e histórica. Nessa perspectiva, busca-se analisar as diferentes dimensões e os múltiplos condicionantes da vida das crianças de baixa renda, moradoras do campo e da cidade, que se submetem, de algum modo, à lógica do trabalho e da produção do capital. No desenvolvimento da investigação que sustenta nossas reflexões, analisamos os dados estatísticos versando sobre a realidade de brasileiros, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e em Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD). Ademais, recorreremos a bibliografias coerentes com a temática e explicitamos dados de pesquisas teórico-empíricas realizadas e em desenvolvimento no estado de Goiás pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em Diferentes Contextos (NEPIEC), da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, os quais indicam diferentes dimensões da condição infantil na relação com a atividade de trabalho.

### **Infância e mundo do trabalho: o capitalismo e as formas de exploração da pobreza**

Uma das premissas na produção teórica de Marx e Engels (s.d.) foi sem dúvida a análise sobre o trabalho, que enquanto categoria possibilitou avançar no entendimento sobre as relações de produção, as relações sociais que delas advém e o lugar que os homens, mulheres e crianças ocupam nesse processo. O trabalho, em seu princípio ontológico, pode ser definido como atividade de produção da vida material para suprir as necessidades humanas e constituir sua existência, sendo, portanto, uma ação inerente à condição humana. Trata-se precipuamente de uma ação consciente, criativa e transformadora na apropriação da natureza pelo sujeito, produzindo suas condições de vida, suas interações, assegurando sua sobrevivência e existência, que se constitui social e historicamente.

Depreende-se nessa ótica que o trabalho como uma atividade especificamente humana é o meio pelo qual a sociedade se produz e reproduz, gerando formas singulares de agir, pensar e ser, que determinam a constituição da subjetividade, ou seja, o homem produz o trabalho e a cultura e é por eles produzido. Desse modo, o que os homens produzem depende da realidade material, não se reduzindo à simples busca da sobrevivência da espécie e sim a uma perspectiva mais complexa, pois a maneira de manifestar a sua vida, coincide diretamente com sua produção (MARX; ENGELS, s.d.).

Essa condição positiva do trabalho humano, entretanto, modificou-se ao longo do período moderno, sendo mais acentuadas as transformações no atual sistema produtivo capitalista, no qual se perde a condição de atividade vital do trabalho e assume-se a característica de trabalho alienado, fragmentado, cuja ocorrência é subjacente a um processo histórico construído pelas relações sociais de produção, que assume uma forma específica na propriedade privada. Pelo que é possível percebermos dessas mudanças, desvela-se nesse processo a pobreza, a exclusão e a expropriação como forma de ação sobre o “outro”, de tal modo que o homem não mais se reconhece no próprio trabalho que desenvolve. Como afirmou Manacorda (1991), o crescimento do capitalismo acarretou um desenvolvimento econômico contraditório até a formação da grande indústria que subsumiu o trabalho humano como manifestação de si mesmo ao capital retirando da divisão do trabalho a última aparência da sua personalidade. Ou seja, o trabalho modifica-se no capitalismo gerando uma relação contraditória entre o trabalhador e sua atividade “[...] que não é, de modo algum, natural, mas que contém, já, em si uma específica determinação econômica” (MANACORDA, 1991, p. 51).

A subordinação estrutural do trabalho ao capital não é um processo mecânico tampouco harmônico, é sim um processo conflituoso, historicamente constituído nas relações sociais, tendo como base a divisão hierárquica do trabalho e da propriedade (MARTINS, 2002). Essa hierarquia, por sua vez, acaba afetando a percepção que o próprio trabalhador tem de si e do processo, gerando não apenas um distanciamento entre classes sociais como também uma estratificação no interior destas, como bem discerniram Marx e Engels (s.d), Hobsbawn (1996)

e Safiotti (2006; 2013). Favorecem-se, assim, as relações de força e de poder expressas na relação capital-trabalho, sustentada pela dominação do capital por uma classe, um grupo e/ou um estrato de classe que explora o trabalhador e passa a viver da mais-valia, fonte do lucro do dono do capital. Na aparência desse movimento, porém, mantém-se a ideia de pretensa igualdade de direitos, liberdade e harmonia na composição de uma sociedade democrática, ainda que alicerçada na exclusão e desigualdade da maioria da população.

A desigualdade entre indivíduos, segundo esse ideário, permitiria o equilíbrio e a divisão de funções para o desenvolvimento das características específicas, valorizando-se o “desabrochar” dos dotes/dons e especialidades de cada um. O individualismo, dessa ótica, tem como pressuposto que cada homem deve ter direito à sua propriedade e a seus pertences, mas, para isso, é preciso lutar, competir e investir no “próprio capital” para atingir o fim almejado. Nessa direção, a defesa da propriedade privada em detrimento do público se acentua na medida em que esse indivíduo é – segundo essa ideologia – responsável pelo seu sucesso ou por seu fracasso social. A igualdade se encontra, portanto, nas oportunidades, desde que suas habilidades pessoais sejam exploradas e não nas relações sociais.

Contrapondo-se a esse ideário, no Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels (s.d., p. 32) esclarecem: “Ser capitalista significa ocupar não somente uma posição pessoal, mas também uma posição social na produção”. Nesse caso, entendem que o capital “é um produto coletivo” (MARX; ENGELS, s.d., p. 32), isto é, seu movimento depende de diferentes sujeitos sociais. Concluem daí que “O capital não é, pois, uma força pessoal: é uma força social” (idem, p. 32). Nesse caso, se ele (capital) fosse transformado em propriedade comum e não em propriedade pessoal, ele seria de todos e perderia seu caráter de classe. Contrária à possibilidade de uma mudança no cenário produtivo e de geração de riquezas coletivizadas, na busca por constante controle dos meios de produção e de acumulação de capital, a lógica capitalista sacrifica a classe trabalhadora, e tenta retirar dela a condição de reagir à exploração, podendo, inclusive, apelar para uma explicação para as crises cíclicas do capitalismo culpabilizando o Estado, por sua interferência na economia, nas despesas sociais e na garantia dos direitos do trabalhador e de sua família. Esse apelo à manutenção da desigualdade e a prerrogativa de um falso consenso entre as classes sociais antagônicas, se oculta no discurso neoliberal que, sobretudo no período das reformas político-sociais –abrangendo campos como a educação –, passou a compor a proposta de reforma e minimização do Estado no Brasil, beneficiando cruelmente forças produtivas nacionais e, sobretudo, do capital especulativo internacional.

É, portanto, nesse movimento histórico que precisamos compreender as mudanças de concepção sobre o dinamismo e estruturação da família e os projetos educativos voltados para a infância de baixa renda no Brasil e em outros países incluindo países europeus (SARMENTO; VEIGA, 2010). Os historiadores Colin Heywood (2004) e Peter Stearns (2006) já puderam descrever como o trabalho se constituiu em uma das atividades mediadoras na aprendizagem das crianças pobres no seio das famílias, das fábricas e do campo, retirando-as da escola e de outras atividades de caráter libertador. Essa forma de “moldar” os indivíduos por meio das atividades humanas já havia sido apontada por Leontiev (2004) e por Marx e Engels (s.d.), que defenderam a revisão das formas de exploração do trabalho infantil, tanto no seio da família operária quanto nos outros contextos em que isso se havia naturalizado segundo a prescrição do capital. Tal postura também demarcou um conjunto de pesquisas como aquelas expressas nas obras de Lev Vigotski (2001), Mary Del Priori (1996), Antônio Merisse (1997), Joel Marin (2005; 2006), Miguel Arroyo, Maria Viella e Marurício Silva (2015), entre outros.

Investigações realizadas em mais de vinte anos pelo NEPIEC têm igualmente demonstrado as consequências do trabalho infantil tanto na educação como na composição do modo de vida e dos sentimentos de crianças, adolescentes e de adultos, apesar de já se ter garantias legais da proibição do trabalho até quatorze anos de idade (BRASIL, 1988; 1990). Estatísticas recentes demonstram que o trabalho infantil não só é uma realidade, mas que vem

assumindo em estados como Goiás uma linha ascendente, contrariando a legislação vigente no país. Importante destacar que as evidências anunciam tanto a conformação quanto a resistência dos diferentes sujeitos sociais, como é o caso das crianças filhas de trabalhadores do Movimento de Trabalhadores Sem Terra, que afirmaram que o mais importante para se educar na infância é o estudar, brincar e trabalhar (SILVA, 2002).

Enquanto pauta de luta de diferentes movimentos sociais, o trabalho infantil é ainda pouco visível, aparentando existir pouco reconhecimento de sua importância. Mas quem pode melhor ter clareza da opressão pela qual passam as crianças trabalhadoras do que a própria classe? Aparentemente a convivência em famílias oprimidas, exploradas e tratadas desigualmente e com pouca dignidade, a frequência em escolas, não foi o bastante para que as crianças queiram ou manifeste querer mudar a lógica do capital, como mostram as pesquisas de Ivone Barbosa, Marcos Soares e Telma Silveira (2019), Débora Vieira (2018), Gizela Bastos (2007), Luzia Silva (2002), apenas para citar algumas das investigações já concluídas no nosso Núcleo. Aqui não se trata de culpabilizar os oprimidos por sua opressão, mas de compreender como no processo de vivência (VIGOTSKI, 2010) essa ideologia da felicidade de cunho liberal atravessa cotidianamente os sonhos, desejos, memória e o próprio corpo do trabalhador desde sua infância, que ao entrar para o mundo do trabalho parece abnegadamente interiorizar uma disposição a ser, ver e fazer específicos, como uma espécie de “condição e produto da entrada na fábrica” (MONTEIRO, 2014, p.72). Talvez esse seja um aspecto a se considerar na análise sobre a relação entre infância, educação e trabalho que nos permita compreender melhor o debate sobre os direitos humanos e os direitos da criança e dos adolescentes e como tirá-los do papel.

Vygotski (2001; 1991), Henri Wallon (1975) e Georges Snyders (1988) e Leontiev (2004) reafirmam a escola no seu papel importante na constituição da identidade da criança, podendo ser também espaço de conhecimento e emancipação. Ou seja, a escola deve proporcionar uma formação integral, que seja capaz de formar sujeitos de diferentes idades, com expectativas e necessidades também diferentes, numa unidade educativa, uma escola unitária. As ações realizadas no âmbito educacional devem se constituir em uma perspectiva de superação da realidade individualista, fragmentada, sendo um espaço efetivo de construção *omnilateral*. Para tanto, é necessário de fato, uma sociedade e uma escola que tenham articulados princípios que promovam a superação da condição de classes.

### Referências

- ALMEIDA, G. B. M. **História e memória**: um estudo sobre a violência na infância com base em relatos de idosos de Goiás. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, FE/Universidade Federal de Goiás, 2007.
- ARROYO, M. G.; VIELLA, M. A. L.; SILVA, M. R. (Orgs.). **Trabalho infância**: exercícios tensos de ser criança: haverá espaço na agenda pedagógica? Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- BARBOSA, I. G. O método dialético na pesquisa em educação da infância: desafios e possibilidades para a Psicologia e educação. In: MONTEIRO, F. M. A.; MULLER, M. L. R. (Orgs.). **Educação como espaço da cultura**. v.II, Cuiabá, MT: EdUFMT, 2006, p.227-287.
- BARBOSA, I. G.; SOARES, M. A.; SILVEIRA, T. A. T. M. **Infância, pobreza, trabalho e educação**: perspectivas de crianças goianas e de suas famílias. Goiânia, Goiás: Projeto de Pesquisa, 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- HEYWOOD, C. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- HOBBSAWM E. J. A era das revoluções. 9 ed. São Paulo: Paz e terra, 1996.

- LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do Psiquismo**. São Paulo: Centauro, 2004.
- MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.
- MARIN, J. O. B. **Crianças do Trabalho**. Goiânia: Editora UFG, Brasília: Plano, 2005.
- MARIN, J. O. B. **Trabalho Infantil: necessidade, valor e exclusão social**. Brasília: Plano Editora, Goiânia: Editora UFG, 2006.
- MARTINS, J. S. a **Sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2002.
- MARX, K.. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, s.d. v. 1, 2, 3.
- MERISSE, Antônio et al. **Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.
- MONTEIRO, B. **Frágil como o mundo – etnografia do cotidiano operário**. Porto: Afrontamento, 2014.
- PRIORI, M.D. (Org.). **História da criança no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade**. 3ª Ed., São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, H. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.
- SARMENTO, M. J.; VEIGA, F. **Pobreza infantil: realidades, desafios, propostas**. Famalicão: Húmus, 2010.
- SILVA, L. A. P. **A educação da infância entre os trabalhadores rurais sem terra**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, 2002.
- SNYDERS, G. **Alegria na escola**. São Paulo: Manole, 1988.
- STEARNS, P. **A infância**. São Paulo: Contexto, 2006.
- VIEIRA, D. A. L. **“Querida ter horário para fazer tudo...” trabalho, gênero e infância nos domicílios com atividade de confecções em Goiânia**. 2018.183f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás.
- VIGOTSKI, L. S. Quarta aula: a questão do meio na pedagogia. In: **Psicologia USP**, São Paulo, v. 21, n. 4, pp. 681-701, 2010.
- VIGOTSKI, L. S. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- VIGOTSKI, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: **Psicologia e Pedagogia – bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento**. Lisboa: Estampa, 1991.
- WALLON, H. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa: Estampa, 1975, p. 31-50.

## **Crianças do mundo do trabalho: correlações entre classe, educação e cultura**

**Profa. Dra. Soraya Franzoni Conde**  
**Universidade Federal de Santa Catarina**

**Resumo:** Este painel tem por objetivo compreender a correlação entre trabalho, educação e cultura na constituição das crianças trabalhadoras do campo e da cidade de Santa Catarina. Parte da constatação de que, se por um lado, o trabalho aparece como fator que mais atrapalha os estudos e a possibilidade de desenvolvimento humano pleno, por outro, ele é entendido como prática cultural educativa e preventiva para as novas gerações. Entende o trabalho como elemento fundante do ser social e das formas de socialização e cultura, mas que sob a forma capitalista de produção, adquire outra conotação. A pesquisa é desenvolvida com crianças, jovens e adolescentes de regiões periféricas urbanas e rurais de Santa Catarina por meio de: entrevistas e rodas de conversa; análise de dados e documentos oficiais e estatísticos; revisão bibliográfica sobre as categorias: trabalho, classe, educação, cultura, infância, observações registradas em diário de campo, análise e tabulação de dados.

**Palavras-chave:** Trabalho, educação, infância.

### **Apresentação**

O objetivo deste painel é refletir sobre a correlação entre trabalho, educação e cultura na constituição das crianças residentes nas periferias urbanas e rurais de Santa Catarina. Em termos específicos, parte da revisão bibliográfica sobre trabalho, educação e cultura; da compreensão da infância da classe trabalhadora; da categoria trabalho enquanto elemento fundante do ser social e base objetiva da constituição de toda subjetividade e cultura; e da condição de vida, educação e trabalho das crianças residentes em áreas periféricas do campo e da cidade em Santa Catarina.

A pesquisa está em desenvolvimento e tem realizado investigações de caráter exploratório descritivo, envolvendo o contexto e o cruzamento de diferentes aspectos da problemática por meio de: estudo bibliográfico; levantamento de dados atualizados sobre crianças no mundo do trabalho; desenvolvimento de rodas de conversa lúdicas com crianças filhas da classe trabalhadora, entrevistas com familiares e professores e observação do modo de vida e de trabalho no campo e na cidade. Os dados e as reflexões deste painel partem das partes já desenvolvidas da pesquisa.

### **Problema, discussão teórica e resultados**

O estudo das categorias trabalho, educação e cultura de forma correlacionada é pouco comum entre pesquisadores de diferentes perspectivas teóricas. No âmbito do materialismo histórico dialético, as pesquisas educacionais costumam ancorar-se nas análises do mundo do trabalho e, quiçá, suas relações com a escolarização. Os poucos estudos dedicados à temática da cultura, por vezes, são denominados pejorativamente como pós-modernos dedicados à análise da subjetividade humana. Obviamente, tais afirmações partem de uma perspectiva estruturalista para entender o problema do pensamento e da cultura. Em que pese certa rejeição de pesquisadores à referida temática, é mister que ela sempre apareça “assombrando” as pesquisas interessadas em entender as relações humanas sob o ponto de vista da materialidade objetiva. Estudos recentes têm contribuído para uma retomada da compreensão da cultura a partir da relação dialética entre pensamento e materialidade tendo o trabalho como meio pelo qual o ser humano intervém na natureza para a satisfação de suas necessidades e, assim, desenvolve relações, cultura e subjetividade. (MARX, 1989)

Para Williams (1958), a palavra cultura é utilizada em dois sentidos: “para designar todo um modo de vida – os significados comuns; e para designar as artes e o aprendizado – os processos especiais de descoberta e esforço criativo” (WILLIAMS, 1958. p. 2). Thompson (1998), Vigotski (2002), Laraia (2001), Fernandes (2004) também percebem o conceito de

cultura de forma próxima a de Williams, entendendo-o como formas de ser, relacionar, comportar, cantar, comer, dançar, sentar, trabalhar típicas das relações sociais humanas. Esses modos de ser são apreendidos por meio da educação passada das gerações mais velhas às mais novas. Nesse sentido, a cultura opera juntamente com as experiências sociais, dentro de um contexto de conflitos e contradições (PEREIRA, 2018). Para compreender a cultura na perspectiva desses autores é necessário a recusa da noção de cultura estática e inata ou ainda apenas relacionada à produção e criação artística. Assim, é preciso compreendê-la como parte da natureza social humana.

Partindo da compreensão do trabalho como elemento fundante do ser social, a teoria histórico cultural, inaugurada por Vigotski, Luria e Leontiev no contexto da antiga União Soviética, entende que a cultura é um dos elementos diferenciadores do ser humano em relação aos outros seres da natureza. As principais características do comportamento humano não estão presentes desde o nascimento, mas elas resultam da interação entre o sujeito e o meio social. Ao modificar o ambiente o homem modifica a si mesmo e, nesse processo, aparecem as funções psicológicas humanas como resultado da interação de aspectos biológicos e culturais/históricos (CONDE, 2016). Nesse sentido, não há cultura fora do contexto social em que o sujeito está inserido, existindo, portanto, uma imbricada relação entre a classe social e a formação da cultura.

Analisando o conceito de cultura conjuntamente com as especificidades de classe e trabalho, destacamos os resultados das investigações realizadas pela proponente e pela equipe do Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT/CED/UFSC). As pesquisas realizadas sobre o trabalho infantil em 11 escolas do campo catarinense e em 10 escolas do Maciço do Morro da Cruz, Florianópolis, Santa Catarina, indicam que: a) para a maior parte dos estudantes do Maciço e das escolas rurais pesquisadas trabalhar não é uma opção; b) a ideia de trabalho concebida pelos sujeitos da pesquisa é um tanto difusa e segue uma sequência dialética entre o conceito ontológico do trabalho (reprodução humana) e o que podemos chamar de cultura do trabalho, oriunda de uma ideologia liberal, onde as combinações entre esforço pessoal e escolarização resultariam em uma ascensão social; c) as famílias, a comunidade escolar e os estudantes pesquisados entendem que o trabalho é cultural entre os imigrantes europeus da região sul do Brasil e que ele educa as novas gerações para a aversão à preguiça e à vagabundagem, afastando do álcool, das drogas e da criminalidade; d) o descanso e o lazer, assim como a apropriação de meios culturais, são paulatinamente substituídos pelo trabalho, fazendo com que a escola seja, muitas vezes, o único refúgio das obrigações diárias, espaço de descanso, de ficar sentado, de encontro com os pares da mesma idade e de lazer; e) o trabalho desenvolvido por crianças, jovens e adolescentes compete com o tempo de estudo, afastando-os da escola e caracteriza-se pelo trabalho simples e explorado da sociedade capitalista; f) as meninas costumam dedicar-se as atividades domésticas com ou sem remuneração,

O resultado geral dos questionários aplicados durante a pesquisa do Maciço, demonstra que 69% dos estudantes estuda e trabalha, ou precisa trabalhar. O alto número de estudantes trabalhadores desdobra-se nos motivos que atrapalham os estudos, sendo o trabalho a opção considerada por 23,5% dos estudantes. Se somarmos a este dado os estudantes que destacam as atividades domésticas e os cuidados com os irmãos menores, temos 34% dos motivos que atrapalham os estudos relacionados com o trabalho. Nesse sentido, percebemos que para esses estudantes a cultura do trabalho e do cansaço combinado com a falta de tempo para com os estudos que é sempre relegado ao segundo plano, não é uma opção, mas uma determinação oriunda da classe social que pertencem:

Se precisar trocar o estudo pelo trabalho eu troco. Porque como é que eu vou me manter? Como é que eu vou comer? Como é que eu vou me vestir? Se precisar eu troco sem problema nenhum (GRUPO FOCAL, 3 EM, Escola 1, 2014).



Já a pesquisa realizada em 11 escolas do campo catarinense percebe que mais de 60% das crianças e dos adolescentes matriculados na educação básica trabalham e trabalham muito na roça acompanhando suas famílias, nos diversos trabalhos domésticos (onde estão a maior parte das meninas), em outras propriedades rurais ou em pequenos comércios. Além de estarem expostas cotidianamente a diversas intempéries climáticas, agrotóxicos e trabalho pesado, percebemos que as férias escolares são o momento de maior trabalho e que após os 9 anos de idade aumentam as horas de dedicação ao trabalho e diminui a de estudos, até que a maior parte deixa de estudar para trabalhar. É recorrente adultos com problemas de saúde e coluna por terem trabalhado desde criança defenderem o trabalho de seus filhos como algo educativo “é de pequeno que se torce o pepino”, “ninguém aprende a gostar de trabalhar depois de grande, tem que começar cedo” (CONDE, 2016).

As pesquisas desenvolvidas e concluídas por nosso grupo (CONDE, 2016; SOMALO, 2017; ALCUBIERRE, 2017; BOEMER, 2018; PEREIRA, 2018; SANTOS, 2018) percebem a controvérsia existente acerca da compreensão do trabalho: por um lado, visto como algo que atrapalha os estudos e a possibilidade de humanização e, por outro lado, compreendido ideologicamente como enobrecedor, educativo e dignificante para a população pobre, sendo recorrente afirmações como: “se você trabalhar, você consegue vencer na vida”; “melhor trabalhar do que roubar”; “mais vale uma enxada na mão do que um trêsóitão” (CONDE, 2016).

Para Vigotski (2002) e Laraia (2001), a cultura pode ser compreendida como algo que não é herdado geneticamente, mas que é apreendido socialmente e nas relações sociais. Nesse sentido, a atividade de trabalho e a sua valorização como algo que enobrece e dignifica é entendida como um elemento da cultura. As gerações mais novas incorporam práticas culturais consolidadas pelas gerações anteriores. Os adultos procuram ensinar a sua cultura atribuindo significado ao uso de objetos (talher, berço, sapato, copo, cadeira, prato, computador, entre outros), aos comportamentos e também fornecendo modelos (exemplos) da forma de se relacionar com outros seres humanos. Nesses modelos, incluem-se não somente a forma de trabalhar, mas as relações entre homens e mulheres, entre grupos étnicos e gerações diferentes. O papel do outro é fundamental nesse processo. E é por meio dessa mediação que ocorre a apropriação do patrimônio cultural produzido pela humanidade. Cada sujeito individualmente é expressão da sua coletividade e da cultura que pertence e que lhe foi ensinada por meio da educação das gerações mais velhas. Nesse sentido, afirmamos que para os filhos da classe trabalhadora é fundamental que se eduque para a cultura do trabalho desde a mais tenra idade. Se a cultura se forma a partir da relação que estabelecemos com a natureza para a satisfação das necessidades, então o problema da exploração do trabalho infantil situa-se na cultura de classe, havendo, portanto uma imbricada e dialética relação entre classe e cultura.

### **Referências**

- ALCUBIERRE, K. L. S. **Crianças migrantes: sentidos e memórias da objetividade vivida** (dissertação de mestrado em educação). UFSC. Florianópolis, SC. 2017.
- BOEMER, J. **Contribuições da escola itinerante caminhos do saber para a auto-organização das crianças: fundamentos da pedagogia soviética** (dissertação de mestrado em educação). UFSC. Florianópolis, SC. 2018.
- CONDE, S. F. **A escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense** (tese de doutorado em educação). UFSC, Florianópolis, SC. 2016.
- CONDE, Soraya F. **O que as crianças do campo fazem fora da escola? Reflexões sobre cultura e infância em territórios rurais de Santa Catarina**. *Crítica Educativa* (Sorocaba/SP), v. 2, n. 2, p. 51-61, jul./dez.2016 Disponível em < <http://dx.doi.org/10.22476/revcted.v2i2.96>.> Acesso em: 25 maio 2018.
- LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.
- MARTINS, L. M. (Orgs.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas: Autores Associados, 2016.

MARX, K, ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 7 ed. São Paulo, Ed: Hucitec, 1989.

PEREIRA, L. L. **Juventude nas periferias urbanas: relações entre trabalho, escola e cultura no Maciço do Morro da Cruz, Florianópolis – SC**. Trabalho de Conclusão de Curso em História. UFSC. Florianópolis, SC 2018.

SANTOS, M. “**Nem tenho medo da polícia porque já estou grandinha, tô acostumada com tiro, nem dou bola, durmo em paz:**” confinamento e adultização da infância da família trabalhadora na comunidade Chico Mendes (dissertação de mestrado em educação). UFSC. Florianópolis, SC. 2018.

SOMALO, C. I. **Tarefas para não dormir à cesta. Trabalho infantil doméstico na periferia de Montevideo** (dissertação de mestrado em Serviço Social). UFSC. Florianópolis. 2017.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo. Martins Fontes. 2002.

VIGOTSKI, L.S. & LURIA, A.R.& LEONTIEV, A. N. (2006). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo. Ícone.

WEBER. M. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras. 2005.

WILLIAMS, Raymond. **A cultura é de todos (Culture is Ordinary)**. 1958. Tradução Maria Elisa Cevasco, disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/68474445/A-Cultura-e-Ordinaria1> Acessado em 20/05/2019.

# INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO TRABALHO E NA ESCOLA – NOTAS DESCRITIVAS DE UM CAMPO

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Laura Souza Fonseca  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Resumo:** Neste painel, expomos o momento atual de um trabalho de vinte e um anos continuados, realizado na periferia urbana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Na interlocução com escolas públicas, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, e a Rede de Proteção vinculada ao Conselho Tutelar na Microrregião 5 – Glória, Cruzeiro e Cristal. Buscamos, por meio da construção de um conhecimento articulado nos movimentos da extensão e da pesquisa, e entre nosso grupo acadêmico e aquele território, apreender concepções e práticas acerca trabalho infantojuvenil; por onde alcançamos, também, a escolarização de crianças e adolescentes e a precarização do trabalho e da formação das trabalhadoras envolvidas. Em 2018, seguimos o trabalho de extensão realizando oficinas com crianças e adolescentes em escolas e associações de moradores, e iniciamos uma pesquisa com as operadoras de direitos – trabalhadoras da assistência social, educação e saúde. As atas das microrredes, escritas pela coordenação de cada grupo, e as relatorias do estudante-bolsista-voluntário de nosso grupo acadêmico, constituem nosso empírico, na atual etapa da pesquisa. Destes documentos extraímos fragmentos cujo conteúdo indique suspeita ou comprovação de trabalho infantojuvenil relatados pelas operadoras de direitos. Para o painel aqui apresentado, recortamos dos relatórios e atas de 2019, tanto as referências ao trabalho quanto à escolarização das crianças; e descrições que trazem particularidades da questão social naquele território onde nos inserimos. Buscando melhor compreender o conteúdo explicitado e pistas veladas na perspectiva de que façamos novas aproximações na compreensão da totalidade social em que se assenta o fenômeno material em estudo.

Palavras-chave: crianças e adolescentes; proteção e desproteção; trabalho e escola.

## Introdução

A pesquisa relatada iniciou em agosto de 2018 e representa continuidade e movimentos na investigação/intervenção que fazemos, como coletivo acadêmico – Grupo Trabalho e Formação Humana (GTFH) – no território da microrregião 5 do Conselho Tutelar de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. No diálogo extensionista, buscamos apreender as concepções e as práticas de crianças e adolescentes sobre o trabalho infantojuvenil e seus direitos, realizando oficinas em instituições educativas escolares e não escolares naquela região. Nosso objetivo geral é mapear qualitativamente as situações de trabalho infantojuvenil na microrregião 5, a partir dos territórios tendo como empírico as atas das microrredes Glória, Cruzeiro e Cristal. Como objetivos específicos, propomos: (a) compreender os processos de caracterização de trabalho infantojuvenil; (b) problematizar as situações de trabalho infantojuvenil no território; (c) sistematizar qualitativamente/quantitativamente as situações e a incidência/reincidência de cada uma. Focamos, também, as relações trabalhistas das trabalhadoras das três áreas da política social (assistência social, educação e saúde) formadoras da rede de serviços. Metodologicamente, compomos uma pesquisa social participante e de intervenção: (1) extraindo das atas e das relatorias das microrredes os registros de vestígios de trabalho infantojuvenil; (2) organizando um grupo focal com as técnicas que fazem o acompanhamento familiar, para avançarmos na compreensão das situações de trabalho infantojuvenil explorado em cada um dos três territórios; (3) sistematizando, mediante questionário simples, as relações de trabalho das operadoras de direito; (4) devolvendo como formação em serviço na Rede Ampliada, com o conjunto das trabalhadoras do território, quando também avaliaremos e construiremos a continuidade da pesquisa.

A Rede de Proteção se constituiu regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social, lei nº 8742/1993, como modo de organização de serviços essenciais, que configuram direitos sociais. Nela estão representadas as políticas da saúde, da educação e da assistência social, e também o Conselho Tutelar das microrregiões, há espaço ainda para a participação de usuárias/os. A rede encontra-se em reuniões ampliadas (mensalmente) e particularizam as microrredes (também uma vez por mês) para expor, debater e operacionalizar de forma articulada o fluxo necessário à proteção do infantojuvenil. Sua função é garantir direitos em articulação com o CT e dialogando com a sociedade civil. Motti e Santos (2008) nos ajudam a pensar no conceito de rede, como uma articulação política, entre sujeitos sociais e forças institucionais, que busca horizontalidade nas decisões para o exercício da proteção. Pela importância que a rede assume no contexto da proteção social e da garantia de direitos ao infantojuvenil é que nos dispusemos, enquanto grupo, a acompanhar esse espaço.

Ao longo do ano de 2018 acompanhamos as reuniões de Rede Ampliada e microrredes da micro 5; desde agosto, experienciamos pesquisar com as trabalhadoras da Assistência Social, da Educação e da Saúde nas três microrredes (Glória, Cruzeiro e Cristal) do território (Grande Cruzeiro), participando das reuniões das microrredes, e tendo uma reunião mensal específica da pesquisa. Para exposição e discussão neste painel, utilizamos os relatos das operadoras<sup>i</sup> de direitos, na temporalidade de fevereiro a maio de 2019, retirados das atas das microrredes, escritas pela coordenação de cada microrrede, e das relatorias do estudante-bolsista-voluntário na pesquisa por nosso grupo acadêmico. Destes documentos recolhemos fragmentos de textos, conteúdos que indicam suspeita ou comprovação de trabalho infantojuvenil. Recortamos dos relatórios e atas, tanto as referências ao trabalho quanto à escolarização das crianças e adolescentes; e descrições que dão concretude à questão social no território onde nos inserimos. Buscamos descrever o conteúdo explicitado e pistas veladas na perspectiva de que o processo de análise/interpretação dos dados permita inundar de vivências para melhor aprendemos a totalidade social.

### **Desenvolvimento**

Compreendemos a situação no marco do acirramento da lógica destrutiva do capital, que compõe o padrão de acumulação em curso a flexibilização associada à espoliação (Harvey, 1993 e 2004) como modo de o capital recuperar a taxa de lucro, garantindo a superexploração do trabalho, a reserva sobrando do trabalho assalariado e a apropriação do fundo público pelo capital. Uma realidade extremamente agravada sintetizada como um ultraneoliberalismo, aprofundando as concepções e as práticas de que o fundo público precisa servir aos capitais e não à classe trabalhadora. É neste escopo, analisando as repercussões da EC 95, da lei geral das terceirizações e da destruição da CLT que construímos nosso objeto de investigação inserido na questão social – nas relações capital/trabalho, Estado/sociedade civil e luta de classe, partir de Leher (2010), Yamamoto (2013) e Fernandes e Hellmann (2016) articulando as condições de vida e trabalho das famílias e das trabalhadoras que operam direitos, agentes e vítimas da produção da riqueza. Nos relatórios e atas recortamos descrições para pensarmos a questão social: o envolvimento com o tráfico (não necessariamente o trabalho); adolescentes com uma pistola na cintura; “mãe em situação de rua, irmão em privação de liberdade, irmã de 20 anos com dois 3 filhos e grávida de novo, pai levou um tiro...”; “sempre que fomos lá e fizemos denúncia na polícia não resolveu, por isso fomos até o gerente do tráfico”; “os adolescentes nessa faixa etária estão enjoados do SCFV. E com essa idade 12, 13 não e admitidos no Projovem”; “Acho que um pra dois salários não mais que isso. Ele tem uma casa pequena, pouco espaço. Tem até um patiozinho mas muito estreito, sem muito espaço pra adolescentes. A rua é bem mais atrativa. Né?”

Todo esse processo não passou apartado das relações existentes entre a rede e a conjuntura do município, do estado e do país. Em 2017, na construção da greve geral uma representação de trabalhadoras/es, crianças e adolescentes e famílias da microrregião

construíram um dossiê para a prefeitura de Porto Alegre “Mais direitos e menos ladaia” pautando as precarizações do trabalho que repercutiam nas violações de direitos, recorrentes nas três microrredes.

O ano de 2018 foi intenso, com mudanças significativas nas políticas públicas, tanto na esfera municipal quanto estadual e federal, que impactaram, e em nossa visão, aprofundaram o processo de precarização na operação das políticas na ponta dos serviços, ao passo que também aumentaram o desemprego, a pobreza, a miséria, população em situação de rua, a expulsão da escola... – uma das determinações para a inserção de crianças e adolescentes em situação de trabalho explorado. Constatamos a mobilização das operadoras de direitos por ocasião das alterações impostas pelo atual governo: desde o auxílio reclusão, antes o direito vigia a partir de um mês, agora só depois de 2 anos de cumprimento da pena. Testemunhamos a organização das microrredes realizando “busca ativa” (Torres, 2016) na perspectiva de inserir crianças, adolescentes e famílias na rede de proteção/desproteção. Vários são os exemplos, como “pente fino” no Benefício de Prestação Continuada (BPC), quando do recadastramento porque acabou retirando do programa pessoas que compunham o espectro das condicionalidades, por aspectos burocráticos. As trabalhadoras se organizaram, colocaram avisos, já que diversas famílias, recebiam há anos o benefício, nunca tinham feito o recadastramento e nem tinham conhecimento de que e como deveria ser realizado. Essa articulação realizou-se a partir da rede ampliada sem a orientação do Estado, ao contrário, foi iniciativa das próprias trabalhadoras buscando reduzir o número de desassistidas/os. Presenciamos, ainda, a rede e as microrredes articulando um mapa sobre o fechamento da EJA em diversas instituições, por uma suposta “falta de demanda”. Também vimos as trabalhadoras refletindo sobre o fim da passagem social. Nas palavras delas, “a única forma de algumas pessoas acessarem aparelhos fora de seu território, ou mesmo a única forma dessas pessoas saírem do seu território”. Assistimos/presenciamos as consequências de fechamentos de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que reduziu os espaços protetivos dos territórios e colocou mais crianças e adolescentes nas ruas, deixando-as/os expostas/as à exploração do trabalho, segundo relato das trabalhadoras em reuniões de microrredes.

Logo no início das discussões sobre o projeto de pesquisa, nos foram colocadas questões para o ajuste nas nossas intenções iniciais, a primeiro diz respeito às diferenças em relação aos aspectos de trabalho infantojuvenil explorado e das condições de vida e trabalho entre os três territórios; além disso, passamos por um processo de ambientação nos dois novos espaços de inserção – já que até 2017, participávamos da rede ampliada e da microrredes Cruzeiro. As microrredes possuem dinâmicas próprias de trabalho, são compostas por sujeitos diferentes e coordenações com concepções diferentes; o que muda a forma como são levadas e tratadas as violações de direitos e construídos os respectivos fluxos.

Outra coisa diz respeito a nossa postura no espaço; as reuniões de microrredes são espaços de trabalho mais restritos e, salvo exceções, como férias escolares, estão cheias, do início ao fim, com discussões de casos e fluxos nas microrredes, nos colocamos inicialmente numa posição de observadoras/es participantes. Já na Rede Ampliada participamos e compomos esse rico ambiente de intervenção/formação como GTFH. Outros temas que chamaram a nossa atenção, ligando o sinal de alerta (pois eram observados também na nossa atuação extensionista), foram casos de saúde mental, depressão e automutilação, principalmente com meninas, adolescentes. Os relatos constam de quase todas as reuniões das três microrredes, sempre com mais de um caso por escola presente na reunião; tema trabalhado como formação na Rede Ampliada; ou seja, em movimento que associa formação serviço e pesquisa.

### **Considerações de percurso**

Atas e relatorias materializam a gravidade da questão e a necessidade de tomar múltiplas determinações para podermos nos aproximar de uma síntese que nos ajude a situar a relação trabalho e escola naqueles territórios. É exemplar a mudança na escrita da ata de uma das

microrredes neste ano de 2019, não mais fluxo de proteção, mas fluxo de *proteção e desproteção*. A descrição da realidade nos territórios particulariza a violência do Estado, agravando as condições de vida por subemprego/desemprego; a redução dos benefícios sociais; a reiteração da ação do tráfico (des)organizando vivências; o analfabetismo adulto; os homicídios como rotina, nem a escola escapa; doenças sem medicamentos, doentes sem tratamento; medicamentação, usuárias/os de álcool e drogas, doença mental; ausência de professoras nas escolas, retirada do tempo de formação e das reuniões pedagógicas nas escolas... Vidas precárias das crianças e adolescentes que necessitam acessar direitos; trabalho precário das trabalhadoras que operam direitos.

Considerando que essa microrregião sempre teve uma potência organizativa e de lutas; e a batalha para dar conta do fluxo da proteção que ouvimos e vemos das trabalhadoras das três políticas com que intercambiamos fica evidente o retrocesso que significa referir à escola recorrendo a expressões como “alunos problemas”, “com os quais (famílias e profes) não dão conta de lidar”; “crianças agitadas”, “sem compromisso”, “desinteressadas”, com infrequências e Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (Ficai) abertas, em alguns casos de forma crônica e sucessiva. Uma análise mais atenta das próprias descrições nos fez perceber que atrás desse “desinteresse”, em parte trazido como “culpa” da família “desestruturada” há relações mais profundas com as ações do Estado que não asseguram direitos básicos às famílias, apesar de recolherem fundo público para garantir a reprodução da vida dos que vivem da exploração do trabalho. Assim como as operadoras de direitos têm seus direitos violados, as famílias do “sujeito de direitos” está alijada dos direitos sociais mais básicos. O próprio desinteresse pela escola, não raro traz consigo a situação de analfabetismo adultos em casa e em vários casos se revela consequência de múltiplas repetências até a expulsão da escola, abusos e exploração do trabalho infantojuvenil, seja na rua ou em casa na forma de serviço doméstico.

#### *A questão do trabalho infantojuvenil*

Dados do IBGE (2018), referentes a PNAD contínua, em 2017, registraram 48,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos que não trabalhavam nem tinham matrícula escolar (em nível algum de escolarização). Os “nem nem” representavam 23% do total de jovens na faixa etária, um aumento de 1,2% ou 619 mil jovens com relação a 2016. 28,6% só estudavam; 35% só trabalhavam e 13,3% estudavam e trabalhavam. De acordo com a OIT, atualmente há 168 milhões de meninos e meninas, de 5 a 17 anos, em situação de trabalho infantojuvenil no mundo. No Brasil, cerca de 2,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos estão em situação de trabalho, segundo a PNAD (2015). A situação tende a se agravar exponencialmente sob a égide da retirada de direitos nas contrarreformas – o ajuste fiscal/EC 95 que congela investimentos em políticas sociais básicas, a destruição da previdência pública, o extermínio de uma história de duras conquistas no campo trabalhista, a lei geral das terceirizações e a ruína da escola, da saúde e da assistência social públicas.

Entendemos, a partir de Fonseca (2010), o trabalho infantojuvenil explorado como toda prática laboral – formal ou informal – realizada por crianças e adolescentes, menores de 18 anos, sem caráter educativo, desrespeitando os limites do sujeito, com riscos diretos ou indiretos, como estratégia de sobrevivência, remunerada direta ou indiretamente, desenvolvida em casa ou na rua, caracterizando exploração da força de trabalho. E, mesmo quando travestido de ajuda, a forma de trabalho explícita marca de classe, etnia e gênero. E compreendemos que a contradição principal do fenômeno crianças e adolescentes inseridos de forma precoce e/ou desprotegida no mundo do trabalho está no enfraquecimento da potencialidade ontológica dessa forma de trabalho, isto é, quando fazemos o corte geracional, o trabalho, categoria fundante do ser social e cuja centralidade determina a vida humana, torna-se mutilador do presente e do futuro; não raro, reproduzindo vivências familiares.

Da recolha nas atas e nos relatórios, por enquanto, temos como suspeitas de trabalho infantojuvenil explorado: catação de resíduos sólidos, aviãozinho, mendicância, exploração

sexual e comercial, vendas nas feiras e ruas, pequenos furtos (*pra fazê dinheiro*) e trabalho doméstico x “ajuda”. A questão central em nosso processo de investigação, e que a síntese aqui apresentada avança em elementos para a reflexão, está em como interpretamos as determinações que produzem/são produzidas por essas inserções precoces e/ou desprotegidas de crianças e adolescentes no trabalho explorado, num tempo de extrema banalização dos direitos, e do sujeito de direitos; considerando as condições concretas de vida “do adulto provedor” do sujeito de direitos e da jovem e adulta trabalhadora na esfera da proteção/desproteção.

### Referências

- EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: Ronaldo M. L. Araujo; Doriedson S. Rodrigues. (Org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. 1ed.Campinas-SP: Alínea, 2012, v. 1, p. 52-71. Disponível em [http://moodle3.nead.uem.br/pluginfile.php/30539/mod\\_resource/content/1/Olinda%20Evangalista%20-%20Apontamentos.pdf](http://moodle3.nead.uem.br/pluginfile.php/30539/mod_resource/content/1/Olinda%20Evangalista%20-%20Apontamentos.pdf). Acesso em 19/05/2019
- FERNANDES, Rosa M. Castilhos. Questão social. In: FERNANDES, Rosa M. Castilhos e HELLMANN, Aline. (Org.) **Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil**. PoA, Ed. UFRGS, 2016, p. 2230-233.
- FONSECA, Laura Souza. Trabalho infante-juvenil e formação humana: limites na potência ontológica e banalização do sujeito de direitos. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v.8 n.1, p. 137-153, mar./jun.2010.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- IAMAMOTO, Marilda. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. **Ser social**, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013 <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/FaPa1Oy8kQ65voJ4T345.pdf>
- LEHER, Roberto. Crise do Trabalho e Questão Social. **Rede de Estudos do Trabalho**, n 6, 2010.
- MOTTI, A. J. A.; SANTOS, J. V. Redes de proteção social à criança e ao adolescente: limites e possibilidades. In: **Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude**. Fortalecimento da rede de proteção e assistência a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Brasília, 2008. Disponível em <<http://www.portaldasbrad.org.br>>. Acesso em: 15/08/2017.
- MINAYO, Maria Cecília (org). 30ª Ed. **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- TORRES, Mabel. Busca ativa. In: FERNANDES, Rosa M. Castilhos e HELLMANN, Aline. (Org.) **Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil**. PoA, Ed. UFRGS, 2016, p.37-39.

---

<sup>i</sup> Usamos o feminino como gênero gramatical porque a maioria das trabalhadoras nas três áreas são mulheres.